Economia

Ataque à inflação será frontal, sem recessão nem sacrifício aos assalariados. O déficit público cai logo, e a privatização é para valer.

Collor aprova plano antiinflação de Zélia

Após três horas e meia de reunião com os economistas da equipe de sua assessora, Zélia Cardoso de Mello, o presidente eleito Fernando Collor de Mello aprovou o plano econômico e autorizou: "Pode dizer aos jornalistas que a linha básica do plano está aprovada". Collor ainda tomou o cuidado de recomendar a Zélia e ao grupo de seis economistas que não descessem a pormenores do plano. "A imprensa já divulgou muitas versões e isso só complica as coisas", disse-lhes Collor.

O plano prevê um ataque frontal à inflação, em lugar de uma estratégia gradualista, como recomendava o programa de governo distribuído durante a campanha eleitoral. O déficit público, que este ano aporta para 7% do Produto Interno Bruto (PIB), será eliminado de uma só vez, de acordo com o que foi aprovado ontem pelo presidente eleito. Isso significa que, entre cortes de despesas e aumento de receitas pelas mais diversas formas, o Tesouro terá de conseguir cerca de US$ 30 bilhões para equilibrar suas contas. É praticamente o dobro do que foi tentado na fracassada experiência do Plano Verão.

Depois da reunião, Zélia Cardoso de Mello e os demais economistas desceram do terceiro andar do anexo do Palácio do Itamarati para o segundo, onde está instalada a sala dos jornalistas, para uma rápida entrevista, em que ficou evidente a decisão de abordar apenas genericamente o conteúdo da reunião. "Tivemos uma longa reunião e o programa econômico, no seu cerne, foi aprovado pelo presidente", disse Zélia. Ela estava acompanhada dos economistas Eduardo Modiano, Luiz Eduardo Assis, Ibraim Eris, José Francisco Lima Gonçalves, Antonio Kandir e do advogado Luiz Octavio da Mota Veiga.

Arquivo/AE

Collor concordou com a "linha básica" do programa econômico de Zélia e sua equipe, mas poderá ouvir mais opiniões.

Wilson Pedrosa/AE

Mesmo tendo aprovado o que lhe foi exposto, Collor quer refletir sobre as medidas propostas. Por isso, só marcou nova reunião com a equipe econômica para segunda-feira. Até lá, conforme observou um dos participantes da reunião, ele poderá convocar outros economistas para debater aspectos do programa. Ou simplesmente aprofundar essa discussão com integrantes da própria equipe que o elaborou.

Zélia Cardoso de Mello fez questão de ressaltar que a elaboração do plano econômico observou "algumas restrições" impostas pelo programa de governo de Collor. Em primeiro lugar, a de que não deverá haver recessão, e, em segundo, que não haverá sacrifício para os assalariados. "Tudo está coerente com as diretrizes expostas durante a campanha", afirmou Zélia.

Os economistas saíram animados da reunião. Para um dos participantes, Fernando Collor demonstrou disposição de atacar as causas básicas da inflação. A base dessa política será mesmo a eliminação do déficit público. Mas inclui um ousado programa de privatização, uma reforma administrativa, e a restrição do pagamento dos juros da dívida externa.

Na próxima segunda-feira, Collor, de acordo com as expectativas dos economistas, já deverá ter optado por uma das linhas sugeridas no programa. Na realidade, trata-se de alternativas que variam apenas quanto à graduação das medidas econômicas. Não há, propriamente, segundo um dos participantes, sugestões conflitantes. "A partir daí poderemos partir para um detalhamento mais completo do que vai ser feito", disse Zélia.

A coordenadora do programa econômico de Collor, e apontada como provável ministra da Economia, falou ontem na condição de assessora do presidente. "Não se comentou sobre nomeação do ministro da Economia", garantiu um dos economistas.

Zélia disse que a inquietação do mercado financeiro por causa das incertezas do período de transição de governo não se justificam. "Afinal, a estrutura do mercado foi defendida durante a campanha", assinalou a economista.